



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

Votação única em 30/06/26

Aprovado por 6 x 0 (seis votos) ATA 0024/2026

Rejeitado por x 9ª SESSÃO ORDINÁRIA - 09/06/2026


Presidente

ATA Nº 24/2026 - 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM – SP, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026, EM SUA 18ª LEGISLATURA.

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 20:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Icém, reuniu-se a edilidade, não constatando-se na oportunidade, nenhuma ausência. Em seguida foi feito um minuto de silêncio em sinal de respeito ao falecimento de Antônio Honório da Silva, recentemente ocorrido. Isto posto, foram lidas as correspondências, entre elas os Projetos de Leis nºs 20, 21 e 22/2026, além das indicações nºs 39, 40, 41, 42, 43 e 44/2026. Ato contínuo o Sr. Presidente colocou em votação o pedido de dispensa da leitura das seguintes atas: da 8ª sessão ordinária de 26/05/26 e 3ª extraordinária de 02/06/26 por uma única vez, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida ele as colocou em votação por uma única vez, sendo aprovada por 8X0. Na sequência foi lida a ata da 4ª sessão extraordinária, realizada em 05/06/26 e colocada em discussão por uma única vez. Usou a palavra o Vereador Pedro Lucas, assim dizendo: Presidente, quero fazer uma questão de ordem com relação à ATA. No início da ATA, quando diz sobre a votação do requerimento do vereador Matias, vamos invocar o artigo 106 do Regimento Interno da Câmara, fundamentado no parágrafo 4º, parágrafo 5º, parágrafo 6º, eu gostaria de solicitar uma retificação da ata, porque há omissão ou equívoco na ata. A ata diz que o vereador Geraldo votou, o vereador não votou na sessão, totalizando o voto de 5 a 2, quando a ata menciona divergente. É possível verificar isso em vídeo, que está amplamente publicado nas redes sociais, ou até em conteúdo em áudio, que a Casa disponibiliza. Então solicito que o senhor coloque aqui em votação no plenário a retificação na ata, para que nós não tenhamos nenhum problema jurídico, fundamentado no artigo 106, parágrafo 4º, 5º e 6º do Regimento Interno da Câmara. Usou a palavra o Vereador Danilo, solicitando que a votação da ata fosse feita de forma nominal. O Presidente atendeu, suspendendo a sessão por cinco minutos, a pedido do Vereador Pedro Lucas, para que ele auxiliasse a Secretária na retificação da ata. Reiniciando os trabalhos, o Presidente fez a leitura do trecho da ata retificado a saber: **Após a leitura do parecer jurídico, o Sr. Presidente colocou o requerimento e o documento de questão de ordem em votação por uma única vez, sendo rejeitado por 5 a 2 votos contrários dos vereadores Danilo Félix de Miranda, Edgar Júnior da Silva Rosa, Luzia Martins Malheiro, Pedro Lucas Conserva Montalvão e Rogério Pereira.**



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

Votos favoráveis ao requerimento e documento em questão de ordem dos vereadores Renata Borges de Oliveira e Ulisses lochio Alves Kawaguchi. Constatou o voto simbólico do presidente, não contabilizando no resultado da votação. Ato contínuo,

de forma nominal, o Presidente colocou a ata retificada em votação por uma única vez, sendo aprovada por 8X0. Isto feito e concluído, o Presidente informou que havia recebido uma inscrição para o uso da Tribuna. Informou que o inscrito era o atual Prefeito, convidando-o para que pelo prazo de dez minutos ele pudesse explanar sobre o assunto para o qual ele se inscreveu. Fazendo uso da Tribuna. O atual Prefeito Rogério de Souza Borges, fez a seguinte manifestação: “Presidente da Câmara Jorge, demais vereadores, público presente, população de Icém. Fiz questão de estar aqui hoje. Estamos há dois dias à frente do Poder Executivo e nesses dois dias a gente fez um breve diagnóstico. É impossível saber a real situação administrativa da prefeitura em dois dias, mas eu fiz questão de vir aqui para ver o que foi levantado e trazer a verdade aos senhores vereadores, principalmente, e à nossa população de Icém. Hoje, eu decretei situação de emergência administrativa no âmbito do município de Icém. O decreto 051 de 9 de junho de 2026. O motivo é que o município pode ficar sem medicamentos, sem materiais hospitalares e sem merenda escolar. Eu vou fazer a leitura do Decreto, senhor Presidente, e depois um breve relato que eu já trouxe redigido, para que a gente consiga ser rápido. Declara a situação de emergência administrativa no âmbito do município de Icém e das outras providências. Rogério de Sousa Borges, Prefeito do município de Icém, estado de São Paulo, nos distribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica municipal, considerando a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais para o estado da população; considerando os relatórios e ofícios encaminhados pelas Diretorias Municipais e demais setores da administração pública municipal que apontam graves deficiências administrativas e operacionais capazes de comprometer a regular prestação de serviços públicos; considerando que o ofício 075/2026 da Diretoria Municipal de Saúde e Higiene, informando o vencimento dos contratos para o fornecimento de medicamentos e insumos de saúde, com risco iminente de desabastecimento da rede pública municipal, ou seja, os contratos venceram, não houve planejamento para fazer uma licitação prévia. Foram adquiridos remédios com tabelas que depois, ao analisar a tabela C-Med, que está disponível para nós para adquirir esses medicamentos, a maioria dos medicamentos foram adquiridos com um valor muito mais elevado. Ao comparar o preço nas duas tabelas, a economia chega a 30% do valor global. Considerando o ofício 01/2026 do almoxarifado municipal, relatando insuficiência de estoque de materiais de limpeza, materiais de escritório, para atendimento dos diversos setores da administração municipal; considerando o relatório técnico situacional da Diretoria Municipal de Educação, que constatou a inexistência de processo formal de transição administrativa, vencimento de contratos essenciais, ausência de licitações e vigor para fornecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, manutenção de equipamentos, locação de máquinas e outros serviços indispensáveis ao funcionamento da rede municipal de ensino, considerando os relatos preliminares acerca das condições da frota municipal, máquinas,



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

equipamentos, veículos utilizados na prestação de serviços públicos, indicando a necessidade de manutenção corretiva e preventiva urgente para garantir a continuidade dos serviços essenciais prestados à população; considerando que a paralisação de veículos, máquinas e equipamentos utilizados no serviço de saúde, educação, transporte, obras, limpeza urbana e demais atividades administrativas poderá comprometer o regular funcionamento da administração pública municipal; considerando que a eventual interrupção do serviço de saúde, educação, limpeza pública e atividades administrativas representa grave risco ao interesse público, à segurança sanitária e ao atendimento das necessidades básicas da população, considerando o disposto no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que é a nova lei de licitações, que autoriza a contratação direta em situações de emergências quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo e comprometer a continuidade dos serviços públicos. Decreta: Artigo 1º. Fica declarada a situação de emergência administrativa no âmbito do município de Icém, pelo prazo de 90 dias, em razão da necessidade de adoção de medidas urgentes destinadas à preservação e continuidade dos serviços essenciais. A situação de emergência administrativa abrange especialmente o abastecimento de medicamentos, materiais hospitalares e demais insumos destinados à saúde, o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, a aquisição de material de limpeza, higiene, expediente e demais itens indispensáveis ao funcionamento dos órgãos municipais. A manutenção e contratação de serviços essenciais necessários ao funcionamento das unidades administrativas, escolares e de saúde. A regularização dos contratos administrativos vencidos ou inexistentes relacionados aos serviços públicos. Ou seja, a ex- administração deixou vencer o contrato, não teve planejamento para fazer as licitações, que é o correto, e sequer fez o processo de dispensabilidade regular com os orçamentos para que pudesse fornecer esses insumos. A manutenção, aquisição de peças, pneus, lubrificantes, combustíveis e contratação de serviços mecânicos destinados à conservação e funcionamento da frota municipal, máquinas e equipamentos, veículos utilizados para prestação de serviços essenciais. Ficam os órgãos e entidades da administração municipal autorizados a promover os procedimentos administrativos necessários para aquisição de bens, contratação de serviços e execução das obras emergenciais indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, observadas as posições da Lei Federal 14.003 e 3.021 e normas aplicáveis. As contratações fundamentadas neste Decreto deverão ser devidamente justificadas, instruídas com documentação comprobatória da necessidade emergencial e limitadas ao período estritamente necessário para a realização dos procedimentos licitatórios regulares em lei. Fica instituído o Grupo de Trabalho Emergencial, coordenado pelo Gabinete do Prefeito, com a participação da Procuradoria Jurídica, Diretoria de Administração, Diretoria de Finanças e demais setores envolvidos, para acompanhar as medidas de regularização administrativa e contratual necessária ao restabelecimento da normalidade administrativa. Diretores e responsáveis pelos órgãos municipais deverão apresentar, no prazo de 15 dias, relatório detalhado das necessidades emergenciais



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

existentes em suas respectivas áreas, indicando os contratos vencidos, processos licitatórios pendentes e demais situações que demandem providências imediatas. A Procuradoria Jurídica, o Departamento de Licitações, deverão adotar as providências necessárias para conferir suporte jurídico e administrativo às medidas decorrentes deste decreto. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Registre-se, publique-se e comunique-se. Prefeitura Municipal de Icém, 9 de junho de 2026, Rogério de Souza Borges, Prefeito Municipal. População, Senhores vereadores, eu estou extremamente preocupado. Foram dois dias para a gente levantar tudo isso aqui que eu passei para vocês. Vocês podem fazer a visita, as portas da prefeitura estão abertas para vocês analisarem a situação que se encontra o nosso município hoje. Vou ser breve aqui na minha leitura. Senhoras e senhores vereadores, servidores municipais, lideranças, cidadãos icemenses. É com profundo senso de responsabilidade e com consciência clara do peso desta hora que me dirijo a todos vocês neste momento inaugural da nossa gestão, assumir o compromisso de governar este município com transparência, seriedade e respeito ao dinheiro público. E é exatamente por isso que preciso falar com franqueza sobre o estado em que encontramos a máquina pública de Icém. Não faço isso por revanchismo, não faço isso para diminuir ninguém, faço porque a população de Icém merece saber a verdade. E porque o diagnóstico honesto é o primeiro passo para qualquer cura. O que encontramos? Assumimos um governo municipal. O que encontramos ao assumir o governo municipal? Deparamos com a situação que só pode ser descrito como emergência administrativa. Departamentos e setores sem materiais básicos de trabalho, sem insumos de consumo, sem itens elementares de higiene, servidores públicos, gente comprometida e capaz, tendo que exercer suas funções em condições indignas, privadas, ferramentas mínimas e necessárias para a população. Uma coisa que me preocupa muito. No terceiro setor, encontramos entidades parceiras do município em situação de urgência, sem suporte necessário para cumprir as suas obrigações junto ao Tribunal de Contas, um desafio que se tornou ainda maior e exigente neste ano de 2026, que precisa da atenção imediata para que essas organizações que prestam serviços essenciais à nossa comunidade não sejam penalizadas. O que ocorre? Esse ano o Tribunal de Contas vai auditar o terceiro setor, igualzinho audita a Câmara Municipal, Poder Executivo e as outras agências. A Prefeitura Municipal de Icém se negou a contratar um serviço de assessoria para auxiliar essas entidades. E o prazo para prestação de contas é até dia 30 de junho, agora. Não tem como a gente fazer nada. Então, estou aqui, população, para dividir o que nós encontramos nesses dois dias. E queria pedir um pouco de paciência a esta Casa de Leis, para que eu possa levantar mais informações, porque em 30 dias eu tenho certeza que teremos um diagnóstico fechado. Estou aqui hoje para justificar a publicação desse Decreto. Mas o Poder Executivo, na nossa gestão, não tem nada a esconder. Estou lá, de portas abertas, para a gente conversar e dialogar, para podermos encontrar uma melhor solução, o mais breve possível para o nosso município. Muito obrigado, senhor Presidente”. Após sua manifestação, o Presidente solicitou a leitura do Requerimento nº 23/2026, de autoria do Vereador Presidente Jorge Paulo de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

que Requer o integral cumprimento da medida administrativa prevista no artigo 4º da Portaria nº 09/2026, publicada no Diário Oficial do Município em 28 de janeiro de 2026. Após a leitura feita pela 1ª Secretária, o Presidente o colocou em discussão por uma única vez. Ninguém discutiu e o mesmo foi colocado em votação por uma única vez, sendo aprovado por 8X0. Na sequência, a 1ª Secretária fez a leitura do requerimento nº 25/2026 de autoria dos Vereadores Danilo Félix de Miranda e Edgar Júnior da Silva Rosa, o qual Requer informações sobre ações voltadas à liberação e desenvolvimento turístico da Cachoeira da Barrinha. Usou a palavra o Vereador Danilo assim se manifestando: “ Sr. Presidente, público presente e a todos que nos acompanham em suas casas, antes de falar desse requerimento, ele foi lido de forma errada, ou seja, o nome é Cachoeira da Barrinha, não Barreirinha, conforme foi lido. E só para deixar constatado a vocês, mas temos a alegria, vereador Edgar, de apresentar um requerimento aqui hoje. Aqui temos o ex-Diretor de Meio Ambiente, Joel Cunha, de Turismo também, que já passou pela pasta. O Vereador or Pedro também, que já foi Diretor de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura. E nós temos umas belezas naturais aqui em nosso município, que é a Cachoeira da Barrinha, nós temos os cânions, uma área que dá para ser bastante explorada. Não é somente fazer eventos, nós temos um atrativo muito grande, que precisa de tratativas com Furnas. O vereador Pedro e o Sr. Joel já estiveram muitas vezes reunidos tentando reuniões. E eu não vejo nada que foi conduzido até o presente momento, pelo Diretor que ocupa essa pasta, falando sobre a exploração. E quando o munícipe chega na nossa cidade, eles veem aquelas placas da defesa civil, que tem aqui para a pessoa correr e também ver aquelas placas lá da cachoeira da barrinha e nós não sabemos orientar se o munícipe, ele pode ir ali, se é uma área permitida ou não para conhecer. Então, eu gostaria muito que o Diretor que ocupa essa pasta junto à administração, possa tentar um contato, agendar, para ver se há a possibilidade de conseguir explorar mais a Nossa Cachoeira da Barrinha, e parabenizar ao Joel, ao Pedro, por terem aí conduzido esse trabalho já e que dê andamento. Muito obrigado. Usou a palavra o Vereador Edgar dizendo que o intuito do requerimento é exatamente esse: Ver as providências que foram ou ainda vão ser tomadas em relação à Cachoeira da Barrinha. Nós precisamos dar um input para começar a movimentar o turismo no município. Vai uma dica aí para a nova administração que está iniciando. Então a gente precisa começar esse desenvolvimento, começar a movimentar o município, porque a gente sabe que o turismo traz renda, traz desenvolvimento para a cidade. Então, procurar os órgãos competentes, procurar a Axia Energia para garantir acesso, começar a trabalhar de fato para que a gente consiga, não só no papel, mas também na prática, a ter pontos turísticos e explorar o turismo na nossa cidade. Um aparte para o edil Danilo assim dizendo: “Aproveitando também, eu acabei esquecendo, não posso deixar de agradecer o trabalho do ex-Diretor de meio ambiente, o senhor Messias, que ali conseguiu, junto, trabalhar com a despoluição da cachoeira, da barrinha. Então, antigamente essa cachoeira era poluída e hoje não é mais. Então, é somente esse contato aí para ver se há possibilidade. Usou a palavra o Vereador Pedro Lucas fazendo o seguinte comentário: “Quero cumprimentar o vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

Danilo, o vereador Edgar, pela autoria do requerimento, dizer que, quando estive na pasta, nós buscamos, de alguma maneira, mesmo com as dificuldades que são existentes, buscar informações, buscar com que esse patrimônio retornasse à cessão para o município, pois um dia já foi. No entanto, enquanto eu estive, estava vigente o plano de desestatização que tornou Furnas privatizada agora pela Axia Energia. Nós tivemos alguns impedimentos em razão disso, mas nós não desistimos também naquele momento de ter esse patrimônio junto ao município. Foi feito junto a Sabesp, o Diretor Messias conduziu na época aquela despoluição da barrinha. O ex-Prefeito Oscar conduziu junto ao ex-Prefeito de Olímpia, Dr. Fernando Cunha também, algumas visitas e planos de viabilidade. O município teve um estudo junto à Universidade de São Paulo, a USP, sobre o estudo de viabilidade entre o município de Icém e o município de Olímpia, para que o turismo pudesse se complementar na época. Nós tivemos um trabalho do Conselho Municipal de Turismo, também para sinalização, Porque acreditamos que era um planejamento global. Tínhamos ciência que não seria resolvida na gestão, porque é algo que não se resolve a curto prazo. Existe um grande planejamento para isso. Mas, tudo precisa ter um começo. Nós demos o start na época, infelizmente, devido às burocracias federais, nós não pudemos concluir, mas acho muito válido o requerimento de vocês para que a nova administração possa tomar providências, para que também a Câmara possa fiscalizar quais providências já foram tomadas e cobrar ações concretas voltadas ao turismo do município, tendo em vista que o município utiliza recursos dessa natureza, inclusive recursos estaduais, como o MIT”. Usou a palavra o Vereador Ulisses, assim se manifestando: “Quero parabenizar aos autores pelo requerimento. Dizer que esse ato firmado, concretizado na gestão do Oscar, foi um ato de... Quando foi assinado a renovação, não me lembro se o Rogério, era vereador na época, quando nós renovamos o contrato da Sabesp porque ela tinha um tempo determinado, se expirou, e durante o ato ele fez o compromisso de despoluir a cachoeira da barrinha e que teria que ser cobrado pelos órgãos públicos, onde o Messias tomou a frente e foi em cima para que acontecesse, porque já à vários anos tinha feito, já tinha renovado o contrato e a SABESP não só a despoluição da cachoeirinha, mas também várias outras obras pertinentes à captação de água, ao esgoto aqui do nosso município, onde a SABESP tem o dever de honrar tudo que ela fez, o compromisso aqui com os vereadores na época para que o contrato fosse assinado. Então, foi mais uma ação assinada naquela época de todos os vereadores daquele momento. Só a título informativo, Sr. Presidente. Obrigado”. Ninguém mais discutiu e o requerimento nº 25/26 foi colocado em votação por uma única vez, sendo aprovado por 8X0. Na sequência o Presidente deixou a palavra livre no expediente, fazendo uso da mesma o Vereador Danilo, assim se manifestando: “Quero iniciar dizendo que eu e o vereador Edgar, nós estivemos ali próximo a represa, fazendo uma visita aos moradores, junto com a vereadora Luzia, conversando sobre a redivisão, cujos moradores passaram a pertencer ao ESFIII. E ali tivemos várias reivindicações. Eu gostaria de pedir a este novo governo que, quando for fazer uma redivisão, que chame todos os agentes comunitários de saúde da área para que discute junto, não somente o pessoal da enfermagem que o coordena, porque quem realmente sabe a necessidade é o



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

colegiado. Então, que os agentes também participem dessas reuniões. Quero pedir uma atenção especial a essa nova administração que faça uma visita no setor da fisioterapia. Já estivemos lá eu, o vereador Pedro, o vereador Edgar, ali tem muitos ofícios parados, precisa de atenção naquele setor. Os profissionais que ali trabalham merecem ter dignidade para trabalhar. Eles executam o seu trabalho com muito carinho, então eu gostaria que fossem lá na fisioterapia e dessem essa atenção. Eu recebi, nessa semana, umas fotos de um munícipe que pegou uns medicamentos, várias caixas de leite e não estavam vencidos e os depositou na caçamba. Pessoal, isso é dinheiro público. Se você não for utilizar o medicamento que não estava vencido, vá na farmácia, doe o medicamento de novo. Aqui eu creio que tem uma lei do vereador Cinomar. Então, eu quero alertar a população. Pegou o medicamento, não for utilizar, leve lá na farmácia, faça doação. Não jogue fora, é dinheiro público. Vamos ter consciência. Pedindo licença, eu acho que o vereador Pedro, alguém já fez uma indicação aqui, sobre a quadra Antônio Pereira, para que faça ali a reforma, está entrando muitas pombas. Eu estive lá com o vereador Edgar esses dias acompanhando um jogo, quem estava ali ia embora, não conseguia ficar sentado ali, porque está faltando limpeza. Eu peço a gentileza que essa administração coloque um funcionário ali para cuidar da nossa quadra, das nossas crianças. O professor que trabalha, ele não pode dar a aula nessas condições. Então, é necessário, vereador Edgar, vereador Pedro, que ali tenha a limpeza feita. Ou seja, que pegue da terceirizada, coloque um funcionário ali, que cuide dessa quadra. Então, eu conto com o apoio da nova gestão nessa demanda, que é do vereador Pedro aqui, de toda essa casa, que atenda esse pedido. Sobre a minha indicação, é uma rua de lazer. que vai de encontro aqui com o vereador Pedro. Hoje nós ficamos muitos em celulares. Que vocês possam levar a Rua de Lazer para o bairro Prefeito Antônio Galdino de Oliveira, Gerônimo Machado da Silveira. Uma parceria entre Diretoria Municipal de Esporte, Fundo Social de Solidariedade, com pula pula, cachorro quente, brincadeiras, músicas. Isso não é um gasto desnecessário. É um gasto bacana e pouco que dá para fazer, então que essa indicação seja atendida. Referente ao pedido de cassação da ex-Prefeita, professora Cidinha Salisso, muitos me perguntam. “Danilo, a prefeita volta”? Eu respondo: ela tem o direito à ampla defesa, ela tem o direito de apresentar uma órgão ministerial, ou seja, se ela voltar a Prefeitura, que ela volte melhor, com o coração melhor para tratar os funcionários. Hoje, na Prefeitura, está um clima tão mais gostoso, você conversa com os servidores, vereador de Edgar, eles se sentem mais à vontade. Então, faltava apenas isso, o acolhimento. E tudo isso que a ex-prefeita passou, eu alertei várias vezes nessa Câmara, a centralização e a mulher de Brasília, a que veio para acabar com Icém. E nós, vereadores dessa casa, a senhora falava lá, mulher de Brasília, Cidinha, você não precisa de vereador. Vereador não queria dinheiro, não, igual vocês falam muitas vezes aí. Vereador queria apenas ajudar o governo da senhora. Se a senhora voltar Prefeita, parabéns pra senhora. Continue exercendo o seu trabalho de forma diferente, sem rancor nenhum, sem ressentimento nenhum. E desejo pra senhora boa sorte”. Usou a palavra o Vereador Edgar assim se manifestando: “Eu quero começar falando sobre a minha indicação, que foi fruto de uma fiscalização que fizemos



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

eu, vereador Danilo e a vereadora Luzia, quando fomos visitar a Diretora de Educação, a então senhora Rosângela. Nós perguntamos quanto tempo durava as gravações, ela disse que é menos de 15 dias, no máximo 15 dias. Então são poucos dias para um tema tão importante que é o Sistema de monitoramento de escola. Temos tantos casos de bullying, principalmente na escola Maria Rezende, Então, a gente pode ter problemas com funcionários, problemas com pais e outras situações. Então, essa é uma preocupação que nós vimos lá no momento, e por isso que estou pedindo aqui nessa indicação para que o Prefeito agora, atenda e faça o aumento desse tempo de armazenagem. Ele pode, claro, investir em DVR, que é o sistema mais antigo que existe, acho que caro também. Hoje em dia tem outras soluções, a gente pode pôr em nuvem, ou seja, armazenar na nuvem. Se não tiver, pode fazer backup também em outras mídias, em outros hardwares, antes de subscrever as imagens. Porque, hoje em dia, se tiver algum processo judicial, alguma reclamação de uma criança com mais de 15 dias de bullying ou de alguma agressão, de furto, de depredação no prédio, ninguém vai conseguir ver nada, porque subscreveu. Então, isso é para a segurança de todos, para a segurança da administração, para a segurança dos funcionários, professores, diretores, e, principalmente, para a segurança das nossas crianças. Acho que é muito pertinente a indicação aí. Quero falar um pouco também da nova administração que se inicia para ter um olhar atento ao transporte da saúde. Ainda nesta semana tive muitas reclamações. O Prefeito veio aqui e disse como é que está a frota, realmente está sucateada. e está sem dotação até para fazer manutenção. O transporte dos trabalhadores também teve reclamação, porque não tem ônibus suficiente para todos, um pouco dos trabalhadores pegam carona com as estudantes, na hora de ir embora, vem com um pouco antes da saúde e vai aquela miscelânea. Então, precisa ter um olhar carinhoso com os nossos trabalhadores enquanto não se tem emprego suficiente para todos em nossa cidade. E quero falar um pouco agora também da nossa administração que está iniciando. Desejo boa sorte ao Prefeito, que Deus o proteja, que ele tenha discernimento nas suas decisões, que faça o melhor para a nossa população. Que ele consiga fazer tudo o que tem em mente, na boa intenção, pelo que vimos aqui, que tem. Ele falou aqui de um Decreto emergencial e, de fato, deve ser verdade. Por quê? Se terminou os contratos, não tem contrato, ele não tem condições de comprar mais por dispensa, porque a ex Prefeita gastou todo o teto, aliás, ultrapassou e muito o teto das dispensas, que é tema da denúncia que o Vereador Ulisses é presidente. E passa de milhões aí, quase três milhões de reais o estouro do teto por dispensa de licitação. E nas áreas que ele falou: área de remédio, área de manutenção de veículo, compras de mercadorias, igual nos supermercados. Então, quer dizer, ele vai ter que ter um certo trabalho aí até consertar e dar um novo rumo para a administração”. Usou a palavra o Vereador Pedro Lucas, assim se manifestando:

Sr. Presidente, colegas vereadores, gostaria de dar início comentando com relação à minha indicação. Eu, basicamente, indiquei aqui algumas orientações, algumas sugestões, uma indicação para que as áreas da saúde e educação possam atuar em conjunto, criando, de repente, até um programa municipal de educação digital. Hoje, as crianças, como se diz,



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

nascem com o celular na mão. As crianças e adolescentes estão expostas a diversas vulnerabilidades na internet hoje em dia. Então, são jogos, desde jogos de tiro, jogos de azar, aqueles vídeos, até em plataformas como o YouTube, as plataformas de streaming. Então, precisa ter um certo cuidado com as nossas crianças, com os nossos adolescentes, precisa ter uma orientação. Porque hoje, a internet, ela propaga violências, Ela propaga bullying, ela propaga desafios perigosos para as nossas crianças e, sobretudo, hoje a internet está moldando a personalidade das nossas crianças. Quem está nas escolas pode ver isso de perto. Nós temos jogos atualmente e canais muito famosos, Free Fire, Roblox, Minecraft. Esses jogos, as nossas crianças estão todos os dias consumindo isso. Então, daí a importância de nós termos na escola orientação, principalmente no ensino fundamental, começando aqui na Antônio Pereira, indo até a Maria Resende, da qual é obrigação do município, também, de repente, podendo se estender à Escola João Ribeiro, para ter orientação. E hoje, Sr. Presidente, a gente vê, inclusive, jovens, de seus 15, 16, 17 anos, envolvidos com jogos de aposta. A gente já tem aí o famoso jogo do tigrinho, e todo mundo tem a esperança de ganhar um dinheiro fácil. nesse jogo. Só que, muitas vezes, aquilo que, a alguns olhos, representa diversão, vira vício, estraga famílias, estraga a infância, a juventude dos nossos jovens. Está, então, a nossa preocupação em criar no nosso município esse Programa Municipal de Educação Digital, que é tão atual. Eu gostaria também de fazer um elogio à nova administração com relação à decisão de hoje, que sobe o ticket de alimentação para R\$ 700,00. Mais um aumento, simboliza a valorização dos nossos servidores, eu posso dizer aqui. Porque eu sempre falo isso aqui na Câmara, então, além de ser uma valorização dos nossos servidores, é uma injeção de dinheiro no comércio da cidade. Então, eu acredito ser isso muito importante e gostaria de parabenizar o novo Prefeito pela decisão. Quero aproveitar também para fazer uma cobrança. Uma cobrança que eu fiz em várias oportunidades durante a administração da ex-Prefeita Professora Cidinha e que eu retorno trazendo ela para essa nova administração. E eu estou falando isso no começo para que possa se planejar. Hoje a diária dos nossos motoristas está muito baixa. apenas R\$ 30,00, o que se torna insuficiente, vendo a realidade do mercado. Muitas vezes um motorista entra ali perto do horário do almoço, mas vai sair perto do horário da janta. R\$ 30,00 não dá para nada. Então a nossa sugestão é que a administração possa reavaliar, reajustar em torno de R\$ 50,00, R\$ 60,00. para que possa ter a oportunidade de ajudar os nossos motoristas, que já ganham pouco, que necessitam de valorização. E também, nas próximas sessões, nós teremos a oportunidade de cobrar aqui várias pautas que nós já vínhamos cobrando na administração, como o IFA, que é um incentivo financeiro adicional aos agentes comunitários de saúde. Enfim, diversas pautas que nós cobraremos, porque da mesma forma que cobramos a Prefeita Professora Cidinha, cobraremos o Rogério e ainda com mais efetividade, porque essa Câmara tem provado seu papel fiscalizador, seu papel de cobrança e, sobretudo, de acompanhamento das demandas reais da população de Icém”. Usou a palavra a Vereadora Renata, fazendo o seguinte comentário: “Senhor presidente, nobres colegas vereadores, público presente e pessoal que nos assiste pelo Facebook. Nós temos notado que nos últimos anos, teve um aumento



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

significativo do diagnóstico de TEIA. E com isso, cresce também a necessidade de políticas públicas, que garante a inclusão, que garante a acessibilidade e a qualidade de vida dessas famílias e das crianças também. Muitas vezes nós falamos de inclusão dentro das escolas, nos serviços de saúde, mas a inclusão também precisa acontecer nos espaços de convivência e lazer. Nossas crianças autistas e suas famílias têm o mesmo direito de frequentar praças, pequenos parques, locais de ambiente preparados para acolher as necessidades dessas famílias e dessas crianças. Uma praça com TEIA, com um espaço mais tranquilo, brinquedos de inclusão, sinalizações adequadas a essas praças também, ambiente planejado, para que proporciona um ambiente seguro. e ambiente de segurança sensorial a essas crianças. Não estamos falando de privilégios, mas para garantir a igualdade e a oportunidade para todos. Recentemente, vimos a iniciativa de semelhantes sendo aprovada em outras cidades vizinhas, demonstrando que essa pauta é uma pauta bastante atual, e necessita que Icém também possa avançar nessa direção, seja por meio de criação numa praça ou meio também de se adaptar a algum espaço público já existente aqui no nosso município. Tenho certeza que investir em inclusão não é um gasto, é um investimento na cidadania e no bem-estar e respeito com todas essas crianças e jovens. Senhor presidente, nobres colegas, como estou falando de valorização, eu vou ressaltar aqui, para aproveitar o momento de reforçar algumas indicações que eu fiz aqui já nessa casa, que uma delas foi a primeira delas foi a formalização do convênio da Secretaria Municipal e a APAE. Nós já fomos lá, fizemos uma visita, eu e o vereador Pedro, juntamente com os Diretores da APAE, eles nos mostraram a grande relevância, a importância que essa parceria é para a APAE. Isso vai diminuir o fluxo da unidade básica, vai garantir eficiência no serviço prestado a esses usuários, mas, acima de tudo, Nós precisamos formalizar esse convênio aos profissionais que poderão realizar atendimento diretamente na instituição, trazendo-lhes conforto, trazendo-lhes acessibilidade, qualidade de vida para os usuários e para as famílias deles também. E outra indicação que eu fiz também foi aos profissionais do SAMU, tendo em vista que a administração faz uma revisão de valorização desses profissionais do SAMU, especialmente os enfermeiros que atuam nesse serviço. São profissionais que exercem dupla função, de extrema responsabilidade, trabalham no atendimento de urgências e emergências do SAMU, e muitas vezes acumulam essas atividades dentro da unidade durante o mesmo período de trabalho, vão nessas rodovias, arriscam suas vidas, Então, por isso, eu considero uma justa análise do mecanismo de valorização e reconhecimento desses profissionais. E como nós estamos falando de valorização, também vou aqui parabenizar ao novo Prefeito a valorização dos servidores públicos com o aumento do Tiket alimentação no valor de 700 reais”. Usou a palavra o Vereador Rogério assim se manifestando : “Presidente, vereadores, população aqui presente e a todos os assistentes pelas redes sociais, uma boa noite. Quero aqui comentar sobre a minha indicação, que são melhorias no ESFIII, na Vila Alfredo, onde foi construído uma obra até nova no nosso município, mas foi uma obra feita o básico e hoje é insuficiente Até mesmo porque teve essa redivisão na área da saúde e o número de pacientes daquele ESF aumentou muito. E eu acompanho muito de perto os trabalhos dos profissionais ali. E



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

estão insuficientes as salas para eles poderem trabalhar hoje. Recentemente acompanhei o improvisado deles em algumas salas, quando tem os especialistas lá para atender a população. Então, eu peço à administração, atenção àquele ESF, na construção de uma sala de vacinação, uma sala de medicamentos, a construção de uma sala para curativos, a construção de uma sala para atendimento odontológico e a construção de uma cobertura frontal. Porque quando chegam os pacientes ali, em tempo de chuva, até mesmo em tempo de sol, não tem como se abrigar. Então seria bacana dar um conforto para a população e dar um atendimento de qualidade. Hoje aumentou muito o número de pacientes daquele bairro. E ali tem os profissionais competentes, tem as meninas do atendimento, sempre fazendo o seu trabalho, sempre com atenção especial às pessoas, porque elas acabam pegando um carinho, que conhece o acompanhamento diário daquelas pessoas. Então, eu acho que ali merece uma atenção da administração que construa essas salas aí. Vamos dar um atendimento digno à nossa população. Quero chamar também a atenção, mais uma vez, da administração para a nossa malha asfáltica. Vou continuar cobrando que a Prefeitura, através do setor de obras, faça um projeto, elabore um projeto da massa asfáltica do nosso município para fazer essa operação tampa-buraco, fazer esse recapeamento em vários lugares. Tem rua, gente, que é na terra. Eu canso de falar isso. Tem que fazer um trabalho, rua por rua, ver o que dá para fazer. Hoje a gente tem um setor aí preparado para isso. É só elaborar um projeto e executar. Não precisa fazer todas as ruas de uma vez, mas se já viesse fazendo desde o início, hoje a situação estaria muito menos precária do que está. É só isso, Presidente. Muito obrigado”. Usou a palavra o Vereador Ulisses dizendo: “Gostaria de começar minhas palavras aqui, parabéns ao Prefeito, inicialmente pelo aumento do ticket, uma demanda que os funcionários pediam muito e recentemente passamos da cesta ao ticket e do ticket agora um novo valor. de suma importância, uma vez que é primordial ter o alimento na mesa de todos. E pedi a licença para o senhor presidente, que algumas reuniões atrás, a hora que a vereadora Renata disse sobre a praça, ela tinha feito essa indicação verbal, e eu também tinha feito uma pedindo o neuropediatra, porque eu acho que não adianta termos sala sensorial, CEAM, local adequado de umas praças, para dar suporte a essas crianças e se nós não dermos aos pais o diagnóstico. E eu tenho certeza que as pessoas envolvidas na saúde do nosso município A demanda hoje aumentou muito com os diagnósticos de criança que é feito. Penso que a administração, dando esse suporte para os pais, que é de suma importância um diagnóstico precoce, ele irá ajudar o tratamento de cada um da forma necessária e que o senhor autorize a secretária, já que não necessita de votação a indicação, para que ela transcrevesse a indicação e passasse para o Executivo novamente, porque eu acho que é de suma importância aqui para as nossas crianças, nosso município. Usou a palavra o Presidente dizendo: “eu quero usar o tempo que eu tenho para falar sobre indicações, sobre requerimentos, para usar a tribuna e convoco o vice-presidente para ocupar o meu lugar. Talvez eu ultrapasse meu tempo, um minuto, então eu peço essa compreensão de vocês. Senhoras e senhores vereadores e população de Icém que nos acompanham, faço uso da palavra neste momento, não para celebrar o desfecho de um



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

processo doloroso para a nossa cidade. mas para restabelecer a verdade dos fatos e defender a honra e a integridade desta Casa de Leis, que presido com o compromisso de seguir o regimento interno e, acima de tudo, a lei e a Constituição. Ouvi com atenção as palavras faladas na sessão anterior, mas, pelo horário que tivemos aqui, pelo tempo, resolvi deixar para esta próxima sessão. Embora respeite o direito da divergência, não posso permitir que as acusações infundadas lancem uma sombra de dúvida sobre a lisura e a legalidade de um processo conduzido com o máximo rigor e transparência. Vamos aos fatos. Sobre a suposta irregularidade e decisões tomadas sem a sua participação, foi aqui alegada como Presidente da Comissão, que foi ignorada as deliberações. É preciso esclarecer que uma comissão processante, como temos outras que estão em andamento, é um órgão colegiado. As decisões são tomadas pela maioria dos seus membros, o presidente, o relator e o vereador-membro, formando a maioria. A discordância de um vereador, embora legítima, não anula nem torna ilegal uma decisão majoritária. Ser comunicado a atos não concluídos é, na verdade, um rito democrático e funcionamento, onde a vontade da maioria, se são três é dois, tomou, fez um relatório à parte, cada um é o majoritário que prevalece. Então é por isso que a comissão é formada por três pessoas, presidente, membro relator e membro. A função da presidência da comissão é estar presente para coordenar os trabalhos e não exercer um poder de veto sobre os seus pares. Sobre a oitiva do denunciante foi questionada a negativa em ouvir o autor da denúncia, tratando como uma tentativa de obstruir a verdade. Ora, a partir do momento em que essa casa acolhe uma denúncia, ela deixa de ser do cidadão, ela passa a ser do poder legislativo. Nossa responsabilidade é apurar os fatos denunciados, e não as motivações do denunciante. A comissão, em sua maioria, entende que a denúncia já estava devidamente fundamentada, e que a busca pela verdade se daria pela análise de documentos e oitiva de testemunhas, o que é praxe em processo dessa natureza. A verdade não foi prejudicada. Pelo contrário, o foco se manteve nos fatos da gestora, e não em quem os apontou. Além do mais, importante ressaltar que todos os atos devem ser praticados dentro do momento correto. Caso contrário, a parte perde o direito de requerer sua prática conforme ocorreu no caso. Sobre a suposta pressa e convocação num feriado, a acusação de que aceleramos o processo para evitar um mandato de segurança é leviana e desrespeitosa. O decreto de lei, número 201, 1967, estabelece prazos rigorosos que devem ser cumpridos, sob pena de nulidade. A comissão trabalhou com eficiência para concluir os trabalhos dentro do prazo legal. Vou fazer uma colocação que não está aqui. Hoje, na cidade, a gente escuta que venceria o prazo dia 16. Dia 16 já estava arquivado o processo. Então, o último, eu diria, seria dia 15. Mas quando o presidente recebe o comunicado da maioria de uma comissão, somente do relator, ele tem 48 horas para montar a sessão extraordinária. Tem mais duas comissões em andamento. Estou deixando claro para vocês que a gente segue o regimento, vocês podem procurar o jurídico, para não ficar dúvida para os próximos. Mas eu fui avisado, fui comunicado, Eu comuniquei o jurídico, porque eu trabalho e falei assim, quando chegar, eu assino. Só que é o seguinte, se tivesse sido entregue para mim, o relatório, na sexta-feira, eu poderia, sim, por regimento e por lei, marcar a reunião no



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

domingo. 48 horas. Se marcasse dia 10, dia 12, então, a comissão tinha que entender, e tem que entender as outras comissões que estão presentes, eu participo de uma, que o prazo de 90 dias é para o arquivamento de qualquer comissão. E como você deixa perder um trabalho tão difícil, que todos aqui estavam empenhados? Nós estamos aqui, nós não podemos deixar para o último dia. Vai ter outros, é cinco dias antes, três dias antes, pode ser até 30 dias. Pode ter CP que dure 45 dias e me entrega no prazo de 46 dias, eu marco no 48 dias. Isso está no regimento desta Casa. Está na lei. A comissão trabalhou com eficiência para conduzir o trabalho dentro do prazo legal. A convocação da sessão, ainda que em período atípico, é uma prerrogativa da presidência para garantir o cumprimento da lei e dar o desfecho a um processo que mantinha a cidade em estado de instabilidade. Não houve pressa, houve responsabilidade e seriedade e agimos com base na lei e não com base em hipóteses e em ações judiciais, sob a acusação de politicagem, interesses pessoais. Esta é, talvez, a mais grave e injusta das acusações. Definir o processo como um circo, em disputa de poder, eu pergunto que interesses pessoais uniriam oito dos nove vereadores para votar. Cabe a cada um vê a sua decisão. O que vimos aqui não foi um conluio e muito menos um circo, mas sim uma convergência baseada em fatos, provas e no relatório conclusivo da comissão, que apontou infrações político e administrativas graves. A própria prefeita, tendo quatro oportunidades para se defender, incluindo duas horas na mesma sessão de julgamento, optou pelo silêncio e pela ausência. Isso não é desrespeito apenas com nós vereadores, mas com toda a população de Icém, que merecia uma explicação. Chamar de politicagem um ato de fiscalizar e punir quando necessário é inverter os valores e ofender a essência de um mandato de um vereador. Senhoras e senhores, essa Câmara não agiu por interesse, agiu por obrigação. O respeito que tanto cobramos para essa Casa de Leis foi demonstrado no trabalho incansável das comissões e das comissões que estão trabalhando ainda, que estão ativas e fiscalizando com o auxílio indispensável de todos os funcionários da Câmara. Todos. O resultado desse processo não foi a vontade de um presidente ou de um grupo, mas a aplicação da lei diante de fatos que nos mostraram insustentáveis. Nossa lealdade é com o povo de 100 e com leis que juramos cumprir. A decisão tomada em plenário, por esmagadora maioria, reafirma o nosso compromisso com a moralidade e a legalidade e a justiça. que essa página seja virada e que possamos, todos nós, trabalhar para que 100 retorne o seu caminho de crescimento e estabilidade. Com certeza de que o Poder Legislativo cumpriu e continuará cumprindo com seu dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo para o bom uso do recurso próprio. Para finalizar, queria repetir novamente, essa casa tem ouvidoria, que funciona tanto a pessoa vindo aqui, fazendo por escrito, ela pode se identificar ou não, tem por e-mail. Hoje, nós temos aqui uma CEI, que pediu, seis dias atrás, mais 30 dias para finalizar, e temos uma CP. Então, eu tenho que tirar essas dúvidas para o povo da nossa cidade entender como que funciona. E convidar: Quando tiver comissões trabalhando aqui, tiver as oitivas, venham assistir. Eu quero agradecer a vocês que me deu esse tempo para poder dar a resposta que eu não consegui falar na outra sessão. Ato contínuo, já de volta em sua cadeira, o Presidente colocou o Projeto de Lei nº 19/2026, que dispõe, sob abertura do



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

crédito, adicional especial ao orçamento vigente, no valor de R\$ 23.400,00, e dá outras providências, em discussão por uma única vez. Ninguém discutiu e os pareceres das Comissões responsáveis foram solicitados, sendo estes verbais e favoráveis. Na sequência o referido projeto foi colocado em votação por uma única vez, sendo aprovado por 8X0. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente solicitou a leitura do Projeto de Resolução nº 03/2026 que dispõe sobre o relatório da Comissão de Orçamento e Finanças referente às metas fiscais do primeiro quadrimestre do ano 2026 e o colocou em discussão por uma única vez. Ninguém discutiu e considerando o Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças explicito no próprio relatório, o Presidente colocou o referido Projeto em votação por uma única vez, sendo aprovado por 8X0. Antes de encerrar a sessão, o Presidente informou que havia recebido um convite, extensivo a todos desta Casa de Leis, Vereadores e funcionários, para inauguração da ampliação do CCI, Centro de Convivência do Idoso, o que segundo suas palavras, representaria mais conforto, acolhimento e qualidade para nossos idosos. A referida inauguração ocorrerá no dia 12 de junho de 2026, às 9 horas da manhã, no CCI, Centro de Convivência do Idoso. Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente encerrou a presente sessão e assim o fazendo sob a proteção de Deus. Para constar, eu Renata Borges de Oliveira, 1ª Secretária, mandei lavrar a presente ata que será lida e aprovada se achada conforme.

Icém, 09 de junho de 2026.

Votação única em 30/06/26

Aprovado por 6 x 0 (seis

Rejeitado por 0 x 30 (três

JORGE PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

[Assinatura]
Presidente

[Assinatura]
RENATA BORGES DE OLIVEIRA
1ª Secretária

LUZIA MARTINS MALHEIRO
2ª Secretária